

Para além da “guerra suja”: as revelações de Claudio Guerra

GUERRA, Cláudio. *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012. Em depoimento a Marcelo Netto e Rogério Medeiros.

Autora:

Silvania Rubert

Doutoranda em História pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
silrubert@bol.com.br

Para citar esta resenha:

RUBERT, Silvania. Para além da “guerra suja”: as revelações de Claudio Guerra. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 458 - 463.

DOI: 10.5965/2175180305102013458

<http://dx.doi.org/10.5965/2175180305102013458>

Segundo um dos jornalistas que fez as entrevistas, Rogério Medeiros, “ninguém suplantou, em qualquer tempo, o delegado Cláudio Guerra, da Polícia Civil do Espírito Santo, na arte de matar” (GUERRA, 2012, p.13). Cláudio Guerra, um dos mais sanguinários policiais da ditadura civil-militar brasileira, hoje pastor da religião Evangélica, cumpre pena de prisão recolhido em uma instituição para idosos, e desenvolve algumas atividades sociais sob a supervisão da Justiça. Atuou no DOI-CODI, órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime militar, que visava o combate direto contra os chamados “inimigos internos” que representavam uma ameaça à segurança nacional.

Para Rogério Medeiros, Guerra é “um ardiloso e implacável matador” (p.13), atributos estes que fizeram o regime militar logo recrutá-lo para ser o autor de muitos de seus crimes. Dentro deste jogo, ele foi importante peça, matou sem deixar rastros, impôs maior perícia aos crimes, fato desejável pela ditadura que não queria deixar rastros, pois tinha de legitimar-se no poder, e a imprensa, mesmo sob censura, ainda encontrava pequenas aberturas para denunciar os crimes. Segundo consta no livro, “Guerra e Fleury foram recrutados pelos desempenhos à frente dos esquadrões da morte do Espírito Santo e de São Paulo nos 1970, e já por aquela época eram tidos como os mais sanguinários matadores para os que se encontraram em atividades política de esquerda no Brasil.” (GUERRA, 2012, p. 25).

Impôs racionalidade ao processo de execuções. Diferentemente do delegado Sérgio Paranhos Fleury que não agia com tanta discrição, trouxe a ideia de que os agentes da repressão atuassem em regiões diferentes das suas de origem, a fim de eliminar ou diminuir bastante o risco de serem identificados.

De todas as informações trazias pode-se dizer que a de maior impacto foi sobre as incinerações de combatentes assassinados pela ditadura. O ex-delegado deu uma lista de dez presos políticos mortos pela tortura e incinerados na Usina Cambahyba, na cidade de Campos, estado do Rio de Janeiro. Muitos foram mortos no centro de tortura e assassinatos conhecido como ‘Casa da Morte’, situado na cidade Petrópolis, RJ. Algumas das vítimas, segundo o relato, foram Fernando Augusto Santa Cruz Oliveira, David Capistrano, Ana Rosa Kucinski, João Batista Rita, Joaquim Pires Cerveira, Wilson Silva, João Massena Melo, Eduardo Coleia Filho, José Roman e Luiz Ignácio Maranhão Filho. Porém, ele não sabe precisar quantas

peessoas tiveram seus corpos lá incinerados. A usina, à época, era do ex-deputado federal e ex-vice-governador do Rio de Janeiro, Heli Ribeiro Gomes, que faleceu em 1992.

Dentre os eventos violentos produzidos pela ditadura recebe destaque no livro a Chacina da Lapa. Diz ele: “foi realmente uma chacina. Eles estavam desarmados. Pejota matou Arroyo e Fleury, Pomar” (GUERRA, 2012, p.66). “Pejota” seria Paulo Jorge, tenente da Polícia Militar do Espírito Santo, atirador de elite. Na página seguinte, o autor também comenta sobre as brigas que existiam entre os órgãos repressores e pessoas ligadas a eles. “Nessa época, havia uma desavença entre o delgado Fleury, o Exército e o SNI. Fleury era municiado de informações pelo Cenimar, órgão da Marinha ao qual era mais ligado”. Ainda sobre as disputas entre os integrantes da repressão, Guerra (2012, p.94) diz: “A meu ver, não havia uma força dominante na comunidade. Na verdade, existiam muitas redes de informação dentro dela, e os ciúmes e a disputa pelo poder dificultavam muitas vezes a comunicação entre essas redes”.

Além da repressão institucionalizada, grupos paraestatais foram criados. Os esquadrões da morte (nome dado aos grupos que agiam ilegalmente no combate aos opositores ao regime, e formados, em sua maioria, por civis) criavam suas próprias leis no combate aos militantes de esquerda no Brasil. Esse tipo de atitude era, inclusive, indicada pelos militares. Exemplo disso foi a Política de Segurança Interna, criada pelo então presidente ditador Arthur da Costa e Silva. Segundo Guerra (2012 p.114), “o documento estabeleceu, entre outras coisas, que caberia aos comandantes militares de área do Exército a responsabilidade pelo planejamento e execução das medidas para conter a subversão e o terrorismo”. Não tardou para ficar visível que os repressores agiam fora da lei e também fora da cadeia de comando militar, ganhando cada vez mais autonomia e poder. As teses criadas pelos órgãos estatais sempre objetivavam justificar os crimes políticos, mostrando que as ações não deveriam ter limites, a fim de que se banisse totalmente a ameaça comunista do território brasileiro.

Somava-se a estrutura acima citada o apoio financeiro de alguns empresários brasileiros. O ex-delegado Cláudio Guerra cita, inclusive, um restaurante chamado Angu do Gomes, que chama de “restaurante da conspiração”: “o restaurante, inaugurado em 1977 pelo português Basílio Pinto Moreira e por João Gomes, era associado a uma sauna e foi

fachada para as nossas atividades, misturando agentes da comunidade de informações, a Irmandade Santa Cruz dos Militares, a *Scuderie Le Cocp*, o jogo do bicho, artistas, coronéis e prostitutas. “Essa relação mascarou vários crimes e ações violentas contra a redemocratização do Brasil” (GUERRA, 2012, p.118). Já a sauna que existia junto ao restaurante, funcionava como um meio de justificar a movimentação dos recursos financeiros arrecadados e utilizados nas ações clandestinas, e também como depósito de armas. Esclarece que “os recursos que viabilizavam o pagamento da equipe de operações clandestinas vinham dos empresários que, em troca, eram beneficiados pelo regime militar. Dinheiro nunca faltava. Religiosamente, todo dia primeiro, o pagamento estava na conta” (GUERRA, 2012, p.143).

Cita dois bancos que patrocinavam as ações de seu grupo: o Mercantil (um dos maiores banco da década de 1960) de São Paulo e o Sudameris (fruto da fusão entre dois bancos europeus). Nestes bancos havia a movimentação oficial, por onde recebiam seus soldos, e a extraoficial, usada para o dinheiro recebido para e pelas operações ilícitas, sob nome falso. Guerra afirma que circulava muito dinheiro pela conta extraoficial: “pela conta de Stanislaw Meireles passava muito dinheiro. Eu poderia comprar um carro todo mês. Havia um fixo garantido, o correspondente a 5 mil reais hoje, mas entrava 100 mil, 200 mil, tudo dependia do que estava sendo planejado para minhas missões” (GUERRA, 2012, p.142). O autor cita políticos, empresas, contraventores do jogo do bicho e, inclusive, o jornal A Folha de São Paulo, que teria emprestado os carros que distribuía jornais para serem utilizados pela Operação Bandeirantes – OBAN, para a prisão de perseguidos políticos.

O episódio do Atentado ao Riocentro foi resultado de um frustrado ataque a bomba, que deveria ter ocorrido no Pavilhão Riocentro, no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1981, onde acontecia um show em comemoração ao Dia do Trabalhador. O plano era para que uma bomba explodisse durante o evento, que reunia milhares de pessoas para que muitos dos presentes morressem, justamente para criar uma comoção que direcionasse todos a aceitarem que a abertura política seria uma opção negativa e inviável.

As bombas seriam plantadas pelo sargento Guilherme Pereira do Rosário e pelo então capitão Wilson Dias Machado, porém, uma das bombas explodiu dentro do carro onde ambos estavam, no estacionamento do Riocentro. Como resultado o sargento morreu e o capitão

feriu-se gravemente. Segundo Guerra (2012, p.79), “um erro primário dos militares que carregavam o explosivo detonou-o antes da hora prevista”. Até o cuidado de utilizar os mesmos tipos de explosivos que os cubanos usavam eles tiveram.

O objetivo era convencer os adeptos da abertura de que se fazia necessária uma nova onda de repressão, a fim de paralisar o processo de abertura política que havia se iniciado em 1974 quando o general Geisel entregou o governo a seu sucessor: um presidente civil. Em 1999 foi reaberto o inquérito policial sobre o caso, e se concluiu que havia provas para incriminar Freddie Perdigão, mas ele morreu em 1997.

Segundo o depoimento de Guerra, a bomba explodiu antes por imperícia do capitão Wilson, que não era especialista em explosivos, e estacionou o carro embaixo de fios de alta tensão, cuja carga elétrica provocou a explosão da bomba. O acontecido não só atrapalhou os planos de seus organizadores, como também representou um retrocesso nas pretensões de formar uma opinião contrária à abertura política. Para concluir esta parte, cita-se a fala de Guerra (2012, p.171): “Existia um sentimento de impunidade entre nós, porque fizemos a coisa ostensivamente, sem preocupações com eventuais testemunhas”.

Sem dúvida o tema das incinerações merece destaque, um negativo destaque, diga-se. Ao mesmo tempo em que Cláudio Guerra assume vários crimes, exime-se de outros, dizendo, por exemplo, que apenas levou os corpos para serem incinerados na usina, mas não os matou. Afirma, também, que os fornos eram usados por outros agentes da repressão, o que torna imprecisos os dados sobre o número de incinerações, bem como a identificação dos mortos.

Outra questão que surge no decorrer da leitura é de para onde foram todas essas pessoas envolvidas com tantos crimes? O autor cria uma ponte entre o fim (ou pelo menos grande diminuição) das perseguições e o advento de organizações criminosas, mas não necessariamente de cunho político, como ocorria durante a ditadura civil-militar no Brasil, ao dizer que: “a decadência dos aparelhos de combate ao comunismo coincide com o crescimento de organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas, à formação de milícias e principalmente o jogo do bicho. O *know-how* conquistado com o aparato do Estado agora serviria ao submundo do crime organizado” (GUERRA, 2012, p.194). O próprio Cláudio Guerra

Resenha: Para além da “guerra suja”: as revelações de Claudio Guerra
Silvania Rubert

trabalhou como chefe de segurança de muitos contraventores do jogo do bicho no Rio de Janeiro, e diz que ganhava muito bem. Sendo assim, vemos aí mais uma, dentre tantas, sequela do regime ditatorial no Brasil: a criação de grupos e facções criminosas, que podem estar atuando, ainda hoje, em outras frentes, embebidas no ideal de impunidade.

Recebido em: 04/09/2013
Aprovado em: 29/10/2013

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Revista Tempo e Argumento
Volume 05 - Número 10 - Ano 2013
tempoeargumento@gmail.com